ATA DA 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO (CNCGMPEU)

05 de fevereiro de 2026

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Lista de Presença

CORREGEDORES-GERAIS

Fábio Roque Sbardellotto
Presidente e Corregedor-Geral do MP-RS

Giovanni Rattacaso
1º Vice-Presidente e Corregedor-Geral do MPM

Eduardo Tavares Mendes
2º Vice-Presidente e Corregedor-Geral do MP-AL

Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá
1ª Secretária e Corregedora-Geral do MP-AP

Liliana Mercadante Mortari
2ª Secretária e Corregedora-Geral do MP-SP

Helton Fonseca Bernardes
Diretor Financeiro e Corregedor-Geral do MP-MS

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Diretora de Com. Social e Corregedora-Geral do MP-PE

Elton Ghersel
Corregedor-Geral do MPF

Fábio Leal Cardoso
Corregedor-Geral do MPT

Patricia de Amorim Rêgo
Corregedora-Geral do MP-AC

Silvana Nobre de Lima Cabral
Corregedora-Geral do MP-AM

Paulo Marcelo de Santana Costa
Corregedor-Geral do MP-BA

Maria Neves Feitosa Campos
Corregedora-Geral do MP-CE

Nelson Faraco de Freitas
Corregedor-Geral do MPDFT

Fernando Melo Ferro Gomes
Corregedor-Geral do MPPI
(ausência justificada)

Sérgio Abinagem Serrano
Corregedor-Geral do MP-GO

Maria de Fátima Rodrigues T. Cordeiro
Corregedora-Geral do MP-MA

João Augusto Veras Gadelha
Corregedor-Geral do MP-MT

Mário Drummond da Rocha
Corregedor-Geral do MP-MG

Jorge de Mendonça Rocha
Subcorregedor-Geral do MP-PA

Francisco Antônio de Sarmento Vieira
Corregedor-Geral do MP-PB

Ney Roberto Zanlorenzi
Corregedor-Geral do MP-PR

Ricardo Ribeiro Martins
Corregedor-Geral do MP-RJ

André Luiz Rocha de Almeida
Promotor de Justiça Corregedor do MP-RO

Elba Christine Amarante de Moraes
Corregedora-Geral do MP-RR

Fábio Strecker Schmitt
Corregedor-Geral do MP-SC

Rodomarques Nascimento
Corregedor-Geral do MP-SE

Moacir Camargo de Oliveira
Corregedor-Geral do MP-TO

Gustavo Modenesi Martins da Cunha
Corregedor-Geral do MP-ES

Sayonara Café de Melo
Corregedora-Geral do MP-RN
(ausência justificada)

Convidados e Homenageados

Angelo Fabiano Farias da Costa
Corregedor Nacional do Ministério Público

Greice Fonseca Stocker
Conselheira do CNMP

Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Conselheira do CNMP

Alexandre Sikinowski Saltz
Procurador-Geral de Justiça DO MP-RS

Fernando Andrade Alves
Presidente da Associação do MP-RS

Marco Antônio Lopes de Almeida
Subcorregedor-Geral do MP-MG

Corregedores Auxiliares e Assessores

Adivaldo Batista de Souza Júnior
Promotor de Justiça Assessor do MP-AL

Alexandro Sampaio Santana
Promotor de Justiça Assessor da Corregedoria-Geral do MP-SE

Amir Magalhães Campos
Promotor Corregedor do MP-ES

Anderson Batista de Souza
Promotor de Justiça Assessor do MP-AP

Candy Hiroki Cruz Marques Moreira
Promotora de Justiça Assessora Especial do Corregedor-Geral do MP-MS

Carlos Romero Lauria Paulo Neto
Promotor Corregedor do MP-PB

Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento
Corregedor-Geral Substituto do MP-PI

Fábio Barros de Matos
Promotor de Justiça Chefe de Gabinete da Corregedoria do MPDFT

Francisco Maia Guedes
Subcorregedor-Geral do MP-AC

Ilaine Aparecida Pagliarini
Promotora de Justiça Auxiliar do MP-RR

Jacqueline Batisti
Subcorregedora-Geral do MP-PR

Jonilson Silva Bogéa
Promotor de Justiça Assessor do MP-MA

Thomas Henrique de Paola Colletto
Promotor de Justiça Corregedor do MP-RS

Viviane Tavares Henriques
Subcorregedora-Geral do MP-RJ

Katarina Morais de Gusmão
Corregedora-Auxiliar da Corregedoria Geral do MP-PE

Loretta Pontes Achilles de Toledo
Assessora do MPM

Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda
2ª Corregedora-Auxiliar do MP-AM

Marco Antônio Lopes de Almeida
Subcorregedor-Geral do MP-MG

Mônica Lerch Lunardi
Promotora de Justiça, Secretária da Corregedoria do MP-SC

Mônica Magarinos Torralbo Gimenez
Promotora de Justiça Assessora do MP-SP

Paulo Cesar de Azevedo
Promotor de Justiça Corregedor do MP-BA

Regilaine Magali Bernardi Crepaldi
Promotora de Justiça Auxiliar do MP-MT

Ricardo Wittler Contardo
Promotor de Justiça Chefe de Gabinete da Corregedoria do MPDFT

Roberto Barbosa Alves
Vice-Corregedor-Geral do MP-SP

1. Abertura

O Presidente do CNCGMPEU, Dr. Fábio Roque Sbardellotto, abriu o evento às 09:00hs, dando as boas-vindas aos colegas e amigos, e expressando gratidão pelo trabalho e união demonstrados. Destacou a importância das corregedorias como um alicerce firme e essencial para a fortaleza do Ministério Público, reforçando a necessidade de união, unidade de propósitos e dedicação incessante à instituição e à sociedade. Sublinhou que o aperfeiçoamento institucional é permanente e contínuo, sendo impossível sem o trabalho das corregedorias. Agradeceu a fraternidade e o calor humano em tempos de polarização social.

O Procurador-Geral do MP/RS, Dr. Alexandre Sikinowski Saltz, destacou seu papel fundamental no maior desastre ambiental do Brasil em maio de 2024, atuando além das atribuições tradicionais, o que reforçou a confiança da sociedade na instituição. Para lidar com a sobrecarga de trabalho e a necessidade de planejamento estratégico baseado em dados, o MP/RS desenvolveu, em parceria com a Google e a Shertika, o ecossistema de Inteligência Artificial "Aurora", uma ferramenta que auxilia promotores na transcrição, sumarização, redação de peças, monitoramento e georreferenciamento, liberando tempo para atividades mais estratégicas e garantindo a conformidade dos documentos com as diretrizes institucionais ao incorporar ementários e diretrizes das corregedorias. O desafio atual é que o MP seja contemporâneo, redefina seu papel frente ao volume de processos e utilize a IA para um planejamento estratégico baseado em dados.

2. Palestra - Dr. João Cláudio Sidu, Procurador-Geral de Gestão Estratégica e Planejamento do MPRS

A ferramenta Aurora atua como um suporte abrangente para membros do Ministério Público em todos os níveis, auxiliando em todo o ciclo processual, desde a triagem até a verificação pós-manifestação, com recursos como integração a sistemas judiciários para acesso a dados e documentos, sumarização de conteúdo, transcrição de áudios de audiências com marcações inteligentes e diálogo interativo para extração de informações. Para a redação de peças, a Aurora oferece opções de uso de modelos personalizados, genéricos da instituição, adaptação de padrões anteriores ou elaboração via "prompts", garantindo a qualidade e conformidade por meio de verificadores de linguística (coerência, prolixidade) e, crucialmente, verificando a adesão aos ementários das corregedorias e validando fatos e eventos do documento com o processo real, alertando sobre inconsistências e sugerindo melhorias baseadas na jurisprudência do STJ.

3. Palestra - Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza, Conselheira do CNMP

A Dra. Karen iniciou sua fala expressando satisfação por estar no Rio Grande do Sul e prontificando-se a colaborar de forma proativa e prática, transformando as demandas das corregedorias em ações concretas em benefício da sociedade. Ela defendeu a escuta como um pilar para a construção e reconstrução, e ressaltou a importância de cuidar dos membros do Ministério Público para garantir a qualidade do serviço prestado à população. Adicionalmente, compartilhou sua vivência como mulher negra magistrada, destacando a relevância de considerar diversas realidades, como as de comunidades indígenas e quilombolas, questões de fome, criminalidade e discriminação racial, que podem ser desconhecidas pela maioria dos integrantes do MP.

A Corregedoria deve buscar um ponto de equilíbrio entre a defesa da permanência dos membros do Ministério Público em suas comarcas de residência e a necessária sensibilidade para as demandas pessoais (gênero, família, saúde mental) que motivam o trabalho remoto e a desterritorialização. Argumentou-se que a presença no território é fundamental para o conhecimento das necessidades e dinâmicas locais, mas a atuação da Corregedoria deve ser de mediação. Neste papel de mediação, a Corregedoria deve atuar como ponte entre os legítimos interesses da sociedade e os dos membros do MP, oferecendo suporte preventivo e garantindo condições equânimes para o desempenho das funções.

Uma Corregedoria Humanizada e Estrutural deve se guiar pela priorização da escuta institucional, formalizando espaços protegidos para a escuta prévia dos membros, e focar na Atuação Preventiva, emitindo orientações, recomendações e ações de mediação, com especial atenção aos novos membros em comarcas de difícil provimento. É fundamental a análise e suporte contextualizados, considerando a interseccionalidade (mulheres, pessoas negras) e o impacto de experiências de discriminação, além da Integração com a saúde institucional, abordando proativamente a saúde mental. Por fim, a mediação ética (equilíbrio e humanidade) reafirma o papel da corregedoria em buscar o equilíbrio entre firmeza e humanidade, legalidade e legitimidade, e o dever com o senso de pertencimento.

O compromisso com vulneráveis e o combate ao racismo devem ser pilares da atuação institucional, exigindo a proteção integral das vítimas de crimes, com assistência completa e reparação, e o tratamento rigoroso de crimes raciais e injúrias, equiparando-os aos crimes dolosos contra a vida, combatendo o arquivamento frágil que minimiza o racismo. Adicionalmente, o Ministério Público deve atuar na educação para a inclusão de currículos escolares que combatam a

discriminação, pois uma corregedoria positiva, que escuta e media, fortalece a instituição e promove a justiça como ponte entre a norma e a vida real.

O Dr. Fábio Sbardelotto reafirmou o compromisso das corregedorias com as causas de combate ao racismo e preconceito, sugerindo que o racismo seja classificado como crime hediondo. Propôs que membros do MP atuem nas escolas para fomentar a educação antirracista.

A Dra. Estela Sá expressou gratidão pela fala humanizada da Dra. Karen, compartilhando a dor de ter um filho negro e a necessidade de mudar a visão sobre o ser humano. Mencionou o trabalho com comunidades quilombolas e a assistência a vítimas em seu estado.

O Dr. Helton Bernardes concordou com a importância da fala da Dra. Karen e levantou a preocupação com a "sobrevivência da instituição" para que não se torne um órgão burocrático. Enfatizou a necessidade dos promotores estarem presentes na rua e nas comunidades, utilizando a IA para liberar tempo para essa interação, não para o ócio. Comprometeu-se a incluir o tema do racismo no curso de formação obrigatório para promotores.

4. Homenagem - Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa

O Dr. Ângelo Fabiano, ao encerrar seu mandato como Corregedor Nacional, expressou profunda gratidão pela acolhida e parceria do colegiado, refletindo sobre sua gestão focada em fortalecer o trabalho dos corregedores e tornar a Corregedoria Nacional uma parceira, atuando com responsabilidade e equilíbrio em casos disciplinares graves, referendados pelo CNMP, e enfrentando a difícil luta pela exigência de presença física dos promotores, visando a legitimação humana do MP. Ele mencionou a edição de provimentos finais sobre estágio probatório e a regulamentação da atuação do MP a partir da ADPF 635, além da revogação de uma norma sobre controle de presença física que enfrentou resistência, encerrando seu discurso ao reafirmar que o cargo foi a maior honra de sua vida e que cumpriu a maioria dos compromissos assumidos, pedindo desculpas por eventuais falhas.

Diversos colegas de estados como Tocantins, Acre, Alagoas, Amazonas e Pará, juntamente com o Presidente Fábio Sbardelotto, elogiaram o Dr. Ângelo Fabiano por sua atuação dialógica e acessível, que trouxe tranquilidade às Corregedorias locais, destacando ainda sua alta produtividade, firmeza, e o inestimável apoio em questões disciplinares complexas, que resultaram na transformação de resoluções e provimentos. Foi ressaltado seu profundo conhecimento do Ministério Público em todo o país e o senso de "pertencimento" a cada MP visitado, demonstrando uma visão "humanista" que o tornou um "divisor de águas" para a instituição.

5. Palestra - Dra. Greice Fonseca Stocker, Conselheira do CNMP

A palestra "Olhar que Constrói" destacou a importância de uma visão plural e do diálogo para o fortalecimento institucional do Ministério Público (MP). Enfatizando que "todo ponto de vista é a vista de um ponto", foi ressaltada a composição diversificada do CNMP, crucial para uma perspectiva completa, unindo visões internas do MP e externas, como a da Advocacia. Esta última atua como uma "ponte" vital entre as instituições e a sociedade, lidando com conflitos e promovendo a legitimidade do MP. O controle externo, nesse contexto, foi apresentado não como desconfiança, mas como um mecanismo de legitimidade que impede o isolamento social do poder e garante o respeito ao devido processo legal, protegendo tanto o cidadão quanto o próprio membro do MP.

A moderna atuação institucional deve focar na responsabilização qualificada e em uma Corregedoria preventiva e pedagógica. A autonomia do Ministério Público é inegociável, mas precisa ser sustentada por transparência e compromisso com o interesse público; o controle e a responsabilização fortalecem essa autonomia, evitando que ela se converta em isolamento social. A Corregedoria deve ser um espaço de escuta e mediação, atuando na identificação de falhas estruturais, e não apenas na punição. Exemplos práticos do CNMP, como a anulação de arquivamento por desrespeito a prerrogativas e a garantia de acesso a provas, ilustram como a atuação com transparência e respeito legitima o processo.

A maturidade institucional é alcançada através da escuta qualificada e do diálogo interinstitucional. A exclusividade da sustentação oral para advogados e membros do MP é citada como exemplo dessa escuta, garantindo representação responsável. A conselheira reiterou seu compromisso em promover o diálogo no CNMP, visando a construção de um Ministério Público mais forte, legítimo, eficiente e humano, que gere confiança na sociedade.

Os Corregedores-Gerais debateram intensamente a necessidade de uma diretriz clara do CNMP sobre a presença física dos promotores nas comarcas, criticando o afastamento pós-pandemia e a confusão entre produtividade numérica e o engajamento social, além de condenar uma visão "classista" de autonomia que negligencia o dever fundamental de estar na comunidade. O Dr. Gustavo Modenesi (MP-ES) levantou a preocupação com os abusos retóricos e conflitos em plenário do júri, sugerindo um diálogo com a OAB para estabelecer limites éticos. Em resumo, buscaram o apoio do CNMP para garantir a segurança e legitimidade de suas ações de fiscalização, especialmente em temas sensíveis como a presença dos membros.

A Conselheira Greice Stocker manifestou total concordância com a necessidade de uma presença institucional efetiva nas Comarcas, comprometendo-se a levar o tema ao CNMP para debate. Sobre o Tribunal do Júri, a Conselheira reconheceu o alto volume de reclamações éticas, muitas vezes envolvendo mulheres, mas defendeu a inegociabilidade da ética, sugerindo a implementação de mecanismos de educação para promotores e advogados. Ela enfatizou que abusos devem ser respondidos com processos ético-disciplinares e propôs a celebração de um "pacto institucional" para restaurar o respeito nas sessões do júri, focando no processo em vez de disputas pessoais.

O Presidente Fábio Sbardelotto conclui a sessão agradecendo a Dra. Greice Stocker por sua "fala tão bonita, profunda e sensível", que engrandeceu o colegiado. Ele reitera a necessidade de o Ministério Público resgatar seu espírito público e a presença nas comunidades, trabalhando em parceria com a advocacia para encontrar soluções que fortaleçam a instituição e sirvam à sociedade, com o apoio e as diretrizes claras do CNMP.

6. Deliberações Administrativas

Foram estabelecidas as datas e locais para as próximas reuniões ordinárias e extraordinárias:

- Março: Reunião em Brasília nos dias 10 e 11, coincidindo com as sessões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a posse da CONAMP. O objetivo é discutir a Resolução 310 e a organização dos estados na investigação de crimes violentos.
- Maio: Reunião na primeira quinzena em São Paulo, acolhendo a oferta da Corregedoria local.
- Junho: Reunião na primeira quinzena no Tocantins, para evitar conflitos com a Copa do Mundo, conforme convite do Corregedor Moacir. A sugestão é conciliar com um feriado para permitir atividades turísticas.
- Agosto: Reunião na primeira quinzena, com a possibilidade de ser no Rio Grande do Sul (Gramado), coincidindo com o Congresso Estadual do Ministério Público.
- Outubro: Reunião na primeira quinzena, com Minas Gerais se oferecendo para sediar.
- Novembro: Reunião na segunda quinzena.

O Conselho visa alinhar suas reuniões com as do CNMP para garantir maior presença e visibilidade. A diretoria ficará encarregada de confirmar as datas exatas.

Foi aprovada a oficialização do Dr. Giovanni (Primeiro Vice-Presidente) como representante do CNCGMPEU nas reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) e CONAMP em Brasília. Esta medida visa garantir o reconhecimento formal e a relevância do conselho nesses fóruns.

Foi proposta a criação de um grupo de WhatsApp para assessores e promotores das corregedorias. A iniciativa, sugerida pelo Corregedor Gustavo Modenesi Martins (MP-ES), busca promover a troca de experiências, o diálogo sobre desafios diários e a geração de sugestões qualificadas para o colegiado. O Promotor de Justiça Corregedor do MP-RS, Thomas Henrique de Paola Colletto, se voluntariou para administrar o grupo.

7. Homenagens e Reconhecimentos

Os novos membros Corregedores, Dr. Ney Roberto Zanlorenzi (MP-PR), Dra. Patricia de Amorim Rêgo (MP-AC) e Dr. Mário Drummond da Rocha (MP-MG) foram formalmente acolhidos no Conselho, recebendo um pin simbólico. O Presidente destacou a alegria e a importância de suas contribuições, enfatizando o espírito de fraternidade do colegiado.

O Presidente Dr. Fábio Sbardellotto prestou uma profunda homenagem ao seu antecessor, Dr. Fábio Strecker Schmidt, elogiando sua gestão por "consolidar o colegiado", "valorizar as corregedorias" e "externalizar as relações", tirando o conselho do "casulo". Foi entregue uma placa de agradecimento em reconhecimento ao seu trabalho, dedicação e compromisso institucional. O Dr. Fábio Strecker Schmidt também recebeu a medalha "Patrono Roberto Lira" do Ministério Público de Pernambuco, como reconhecimento nacional pelo seu trabalho e dedicação. Ele compartilhou a honra com todos os membros do conselho.

O Subcorregedor-Geral do MP-MG, Dr Marco Antônio Lopes de Almeida foi homenageado com uma medalha pelo seu trabalho e contribuição ao conselho durante quatro anos. Em seu discurso, ele agradeceu a parceria, destacou sua gestão não-punitivista e o programa "Café com a Corregedoria", que promovia o diálogo individualizado com os membros.

O ex Corregedor-Geral do MP-PR, Dr. Paulo Sergio Markowicz de Lima também foi homenageado, com sua comenda sendo recebida pela Dra. Jacqueline Batisti, ex Sub-Corregedora-Geral, que transmitiu os agradecimentos do Dr. Paulo.

8. Encerramento da Reunião

O Presidente Dr. Fábio Sbardellotto expressou profunda emoção e gratidão pela confiança em sua eleição, compartilhando uma inspiradora história pessoal de superação. Ele reafirmou seu compromisso com o Ministério Público e a sociedade, enfatizando a importância da união, fraternidade e troca de experiências entre os membros.

A reunião foi declarada encerrada às 18:00hs, com votos de saúde e que Deus acompanhe a todos e suas famílias.

Porto Alegre-RS, 05 de fevereiro de 2026.

Fábio Roque Sbardellotto
Corregedor-Geral do MPRS
Presidente do CNCGMPEU

Estela Maria Pinheiro Do Nascimento Sá
Corregedora-Geral do MPAP
1ª Secretária do CNCGMPEU